

UM QUILOMBO URBANO: A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NA COMUNIDADE DA VILA ÁFRICA COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA, CULTURA E ALTERIDADE

AN URBAN QUILOMBO: THE EDUCATIONAL EXPERIENCE IN THE COMMUNITY OF VILA ÁFRICA AS A PRACTICE OF RESISTANCE, CULTURE AND OTHERNESS.

Antonio Filogenio de Paula Junior¹
<http://orcid.org/0000-0002-9807-1143>
antoniofilogenio@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho reflete as ações socioeducativas desenvolvidas pela comunidade negra urbana conhecida como Vila África, localizada no município de Piracicaba – São Paulo, para preservar a memória e cultura baseada na ancestralidade africana. Para pensarmos esse território como um quilombo urbano, recorreremos ao conceito proposto por Abdias do Nascimento (2002; 2014) referente ao quilombismo. De acordo com a análise do autor todas as comunidades negras que pautam a sua organização na herança epistêmica oriunda do continente africano, podem ser reconhecidas como parte de uma unidade quilombola. Embora haja algumas diferenças entre essas organizações quilombolas e as comunidades de remanescentes de quilombos nas áreas mais distantes, existe entre elas muitos pontos de proximidade. Alguns desses aspectos são: a busca pela cidadania, o combate ao racismo e o reconhecimento do território. A preocupação com as culturas afro-brasileiras e seus métodos de ensino-aprendizagem em diálogo com a educação escolar contribuem na preservação da memória e identificação com o território, seja urbano ou rural.

Palavras-Chave: quilombo urbano, quilombismo, comunidade, educação, Vila África.

Abstract

This work reflects the socio-educational actions developed by the urban black community known as Vila África, located in the municipality of Piracicaba-SP to preserve the memory and culture based on African ancestry. To think of this territory as an urban quilombo, we resort to the concept proposed by Abdias do Nascimento (2002; 2014) regarding quilombism. According to the author's analysis, all black communities that base their organization on the epistemic heritage from the African continent can be recognized as part of a quilombola unit. Although there are some differences between these quilombola organizations and the communities of quilombo remnants in more distant areas, there are many points of proximity between them. Some of these aspects are: the search for citizenship, the fight against racism and the recognition of the territory. The concern with Afro-Brazilian cultures and their teaching-learning methods in dialogue with school education contribute to the preservation of memory and identification with the territory, whether urban or rural.

Keywords: urban quilombo, quilombismo, community, education, Vila África.

¹ Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UMP). Membro do Grupo de Pesquisa: Perspectivas Críticas da Modernidade UNIMEP/UFS.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos a comunidade da Vila África, localizada no município de Piracicaba – São Paulo, por meio da memória dos seus moradores. A comunidade é pensada e representada como um quilombo urbano a partir do conceito de quilombismo proposto por Abdias do Nascimento (2002; 2014).

A Vila África constitui, ao longo de aproximadamente 70 anos de sua existência, uma identidade territorial a partir da cultura de matriz africana preservada entre os seus moradores. A trajetória da Vila África é pautada na resistência, no enfrentamento do racismo, na busca pela garantia do território e na constante preservação da cultura.

A educação ocupa um lugar especial na comunidade, seja por meio da educação presente nas tradições culturais afro-brasileiras, ou da educação no ambiente escolar. Em ambas é salientada a importância das heranças africanas que constituem a identidade das pessoas que habitam a Vila África.

Os anos de luta por cidadania, e a conquista recente da construção do Centro Cultural e Social da Vila África, em homenagem a uma das suas maiores lideranças, o Sr. Rafael Antônio – Faé, falecido em 2018, apresentam a esperança de que a comunidade terá continuidade por meio dos mais jovens e da preservação da memória dos mais velhos.

Este trabalho apresenta um pouco da história de Piracicaba e sua relação com a comunidade negra, com destaque às ações culturais, sociais e educativas promovidas no quilombo urbano da Vila África.

Para entender que a Vila África é um quilombo urbano trazemos a ideia original do *Kilombo* na África com o auxílio de Beatriz Nascimento (1985) e Kabengele Munanga (1996). Com isso, procuramos refletir como na travessia do mar atlântico e na concepção organizativa original do *kilombo* como espaço formativo e iniciático, a readequação no Brasil para constituição do quilombo incorpora a busca pela liberdade e a autonomia dos modos de vida.

Assim, avançamos sobre os modos de organização do quilombo urbano da Vila África. Para tanto, destaco as táticas ali desenvolvidas para obter o reconhecimento do seu território e o estabelecimento de alianças que permitem a conquista do lugar e das condições necessárias para a realização dos seus projetos.

As Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Indígena nas escolas são também aliadas no processo de formação da população no entorno da Vila África. Ao conhecer e reconhecer a história de resistência da Vila África por meio das suas práticas culturais é possível perceber a relevância da sua ação educativa.

A HISTÓRIA REGISTRADA NA MEMÓRIA DAS PESSOAS

O município de Piracicaba – São Paulo está localizado na região do médio Tietê no oeste paulista, compondo com outras cidades do estado um importante eixo de concentração de mão de obra escravizada entre os séculos XVII e XIX. Nessa época as lavouras de café e cana de açúcar demandaram um número elevado de escravizados de origem *bantu*, da região da África Central.

Na mesma medida em que havia esta concentração de pessoas escravizadas, houve também uma intensa resistência ao regime imposto, o que estimulou a existência de vários quilombos na região.

Essa presença de africanos e seus descendentes, faz parte da história e memória das pessoas negras da cidade. Com isso, a necessidade de “destacar que não existe nada inocente, por acaso, ingênuo ou natural quando se trata de memória e história” (MAGALHÃES, 2021, p.12). Para a historiadora Ana Flávia Magalhães, “as narrativas históricas com as quais temos contato ao longo da vida orientam a maneira como definimos quem somos nós e quem chamamos de outros. Com base nisso, nós nos posicionamos no mundo” (2021, p.12).

A história de Piracicaba é marcada por vários aspectos relevantes para a história regional e nacional, uma delas é o fato de ter sido o local de residência do primeiro presidente civil do país, Prudente Moraes (1841-1902), e cenário de várias discussões republicanas. Um momento marcante da história em que a pauta da abolição ganhava contornos mundiais por conta de muitos interesses, em especial, o econômico.

Muitos artistas, escritores e pesquisadores apresentaram Piracicaba para o mundo ao longo dos anos. Entre esses está o escritor José de Alencar (1829-1877). Em seu romance “Til”, a cidade é o ambiente de uma narrativa na qual algumas referências culturais são apresentadas, inclusive as referências negras.

O registro dessa presença negra na literatura, de um dos maiores escritores brasileiros, indica o quanto no século XIX as pessoas negras ocupavam espaços na sociedade paulista, mesmo que marginalizadas.

José de Alencar fala de tradições culturais negras em uma das passagens do texto, na qual se refere ao espaço/terreiro da fazenda em que elas podiam acontecer. “É aí o quartel ou quadrado da fazenda, nome que tem um grande pátio cercado de senzalas, às vezes com alpendrada corrida em volta, e um ou dois portões que o fecham como praça-d’armas [...]” (ALENCAR, 2012, p.180). É nesse local que as danças de origem africana acontecem sob a vigilância dos barões e seus capatazes. “Em torno da fogueira, já esbarrondada pelo chão, que ela cobriu de brasido e cinzas, dançam os pretos o samba [...]” (ALENCAR, 2012, p.180).

Esse registro de José de Alencar é significativo pois aponta a existência de uma cultura negra em curso, apesar da escravidão. O conto narra para gerações futuras um pouco da vida dessas pessoas no regime escravista. Contudo, ainda não coloca essas pessoas como sujeitos na história em que participam.

São, portanto, personagens objetificados e descritos pela perspectiva externa. As narrativas dos próprios escravizados, e seus descendentes, foram colocadas à margem, ou na periferia, daquilo que se considera importante.

Para Abdias do Nascimento, “as classes dominantes enfatizaram sua intenção e ação no sentido de arrancar da mente e do coração dos descendentes de escravos a imagem da África” (2014, p.564). Desse modo, “nunca em nosso sistema educativo se ensinou qualquer disciplina que revelasse algum apreço ou respeito às culturas, artes, línguas e religiões de origem africana” (NASCIMENTO, 2014, p.565).

Somente em 2003, graças aos esforços dos movimentos sociais negros, foi sancionada a Lei Federal nº 10.639, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas no Brasil. Em 2008, houve a mudança e atualização pela Lei Federal nº 11.645, que acrescentou a obrigatoriedade da História e Cultura Indígena ao texto.

É preciso avançar no diálogo com as histórias e memórias negras e indígenas, para a consolidação da cidadania como direito para todas as pessoas em todos os lugares do país. Os espaços negros de resistência são detentores dessas memórias a partir das próprias pessoas que ali estão e convivem. A constituição dos territórios negros na diáspora, configura uma ação de reconstituição epistêmica e cultural, portanto, educativa dos modos de ser e estar recuperados da anterioridade africana em diálogo com a realidade vivenciada fora do continente africano.

O acesso às fontes orais dessas comunidades, e as pesquisas já desenvolvidas sobre as mesmas, possibilitam as condições de melhor compreensão desse território africano na diáspora, ou na sexta região, denominação que a União Africana (UA),² adotou para dizer que os negros descendentes dos escravizados do século XVI em qualquer lugar do mundo são a sexta região da África.

O espaço geográfico do continente africano é determinado por cinco regiões: norte, sul, leste, oeste e centro. A sexta região é constituída a partir do tráfico escravista para todos os lugares em que os saberes africanos se fizeram presentes e foram reconstituídos em uma multiplicidade de expressões. Em Piracicaba, esse território diaspórico é marcado por vários espaços, entre eles, a comunidade da Vila África.

As práticas de transmissão de saberes nos diferentes núcleos culturais afrodescendentes asseguram uma vitalidade ao organismo vivo da comunidade, cuja especificidade não a desloca, nem gera distância de outros tantos lugares pelo Brasil, cuja base de origem se dá, também, na resistência dos povos originários, dos africanos, e seus descendentes ao modelo de organização de mundo que os desqualificam como pessoas.

A história das margens reclama o lugar de enunciação daqueles que foram emudecidos em diferentes momentos da história. Os anos de escravidão moveram a economia do país por ao menos três séculos. Foram configuradas condições sociais diversas, que para os negros, estão atreladas à precariedade dos modos de vida, o que motiva a necessidade da resistência tanto no regime escravista, quanto após a abolição por conta dos problemas sociais gerados.

ENTRE O KILOMBO E O QUILOMBO

O *kilombo* é, de acordo com a historiadora Beatriz Nascimento (1985) e o antropólogo Kabengele Munanga (1996), uma instituição africana que remete aos *bantu*, sobretudo ao grupo *imbangala* conhecido também como *jaga*. Trata-se, em sua origem, de um campo de iniciação para os jovens guerreiros. O *Kilombo* é um local de aprendizado em que o grupo de iniciados estabelece entre si relações de cuidado e a formação de uma solidariedade comunitária.

Na escravidão, este modelo de organização chega nas Américas e ao Caribe. No Brasil, o “*Kilombo*” com “K” se torna o “*Quilombo*”, com o aportuguesamento na grafia da palavra. Os quilombos passaram a ser o espaço de resistência e de preservação das memórias e culturas africanas recriadas no Brasil por meio da oralidade. Entre os seus objetivos principais está a

2 A União Africana - UA foi criada em 2002 oriunda da antiga Organização da Unidade Africana criada em 1963. A sua sede é em Addis Abeba na capital da Etiópia. Endereço eletrônico: <https://au.int/en>

libertação dos escravizados no período colonial e, a partir de 1888, a busca por cidadania e o enfrentamento do racismo.

No início, os quilombos ficavam em regiões mais distantes, de difícil acesso, mas com condições de sustento por meio dos recursos naturais, o cultivo de vegetais e a criação de pequenos animais domésticos. Nesses lugares, “procuravam formar uma comunidade de produtores livres em um espaço geográfico e social que, por suas características, estivesse longe do braço pesado do escravista” (MAESTRI, 2012, p.11).

Os quilombos, também conhecidos como mocambos, têm um papel vital na organização negra e “a importância quantitativa e a extensão geográfica das fugas e aquilombamentos influenciou profundamente a história política, social, econômica, demográfica etc. do Brasil” (p.11). Os quilombos têm “incidência em praticamente todas as regiões do Brasil” (MAESTRI, 2012, p.11).

Em pesquisa o geógrafo Noedi Monteiro (2018), destaca que o quilombo do Corumbataí (1750-1804) em Piracicaba – São Paulo, chegou a abrigar em torno de 5.000 habitantes. Em 1804 foi destruído, e a população dizimada por desconfiança de que no local havia minérios. Atualmente, em parte do espaço ocupado pelo antigo quilombo, se encontra uma praça instalada no bairro Santa Terezinha.³ Em 2009 o local foi nominado como *Parque Histórico Quilombo do Corumbataí*.

Ainda de acordo com o pesquisador Noedi Monteiro (2018), o quilombo do Corumbataí era o início de uma rota quilombola importante que percorria boa parte da região do oeste paulista chegando até os estados de Mato Grosso e Goiás, denominada “Campos do Araraquara”.

Em Piracicaba, não existe atualmente áreas remanescentes de quilombos. Essas são comuns em outras regiões do estado de São Paulo, com destaque ao Vale do Ribeira, que tem um importante trabalho de luta na titulação de suas terras.

Por inspiração das lutas sociais negras é possível ter mais representações de quilombo, ou dos ideais quilombolas, em configurações distintas dos quilombos de séculos passados associados às zonas mais distantes, normalmente rurais.

O quilombo urbano⁴ passou a configurar, ao menos duas, perspectivas de análise: uma referente às antigas áreas rurais que foram alcançadas pelo desenvolvimento das cidades; e a outra que indica espaços mais próximos ao centro das cidades, muitas vezes nas periferias, constituídos em período mais recente.

Esse último modelo pode ser pensado com a proposta de Abdias do Nascimento (2002) ao dizer que o quilombismo é um conceito que surge do processo histórico e cultural das pessoas negras no Brasil. O autor levanta questões cruciais para (re)existência dos negros na diáspora, tais como: a ancestralidade e os saberes que atravessaram o Atlântico nos corpos dos escravizados.

3 Rua Adelmo Cavagioni, s/n. Bairro Santa Terezinha – Piracicaba-SP.

4 Já as comunidades quilombolas urbanas se veem inseridas em meio aos problemas próprios de espaços urbanos carregados da complexidade e da heterogeneidade que permeiam a vida cidadina. A apropriação de seus territórios se vincula, geralmente, à realidade da periferia e/ou de espaços marginalizados e/ou segregados. São espaços etnicamente diferenciados por serem constituídos por grupos identitários que buscam o reconhecimento de sua identidade e a segurança jurídica de seu direito à propriedade para romper o ciclo da segregação espacial (OLIVEIRA; D’ABADIA, 2015, p.259).

Esses saberes foram recriados no Brasil e estão preservados nas culturas de resistência aqui constituídas. O corpo como portador de memórias é um argumento presente em Beatriz Nascimento e Maria Antonieta Antonacci.

As culturas afro-brasileiras como suporte de epistemologias africanas são a base de preservação de *cosmopercepções* e filosofias ancestrais que chegam ao Brasil com os escravizados, e entre elas está o *ubuntu*.

Ubuntu é uma filosofia de matriz *bantu* presente na *Caiumba*, ou Batuque de Umbigada que tem ocupado parte dos meus estudos da presença negra em São Paulo. “A *caiumba* é uma dança-rito celebrada no interior do estado de São Paulo na região do médio Tietê ou oeste paulista. É preservada em alguns municípios dessa região e na capital” (PAULA JUNIOR, 2020, p.47). A *Caiumba* é um exemplo de como as epistemologias africanas, entre elas o saber filosófico, são mantidas em importantes acervos materiais e imateriais expressos pela cultura.

Para Abdias, o quilombismo é parte constante da organização negra na diáspora, independente do local, tempo e características que elas tenham. Desse modo, o quilombo pode se apresentar como uma associação, seja no seio das florestas, “como também assumiram modelos de organização permitidas e toleradas” (NASCIMENTO, 2002, s/p), ou mais próximas do centro das cidades.

Alguns exemplos dessas organizações permitidas foram as irmandades negras “com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais e de auxílio mútuo” (NASCIMENTO, 2002, s/p). Essas associações continuam sendo “genuínos focos de resistência física e cultural” (NASCIMENTO, 2002, s/p). São centros de aprendizagem, lugares de saberes ancestrais africanos negados ou negligenciados em outros espaços sociais.

Por isso, “[...] essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochês, escolas de samba, gafieiras foram e são quilombos legalizados pela sociedade dominante” (NASCIMENTO, 2002, s/p). Os quilombos, em qualquer dos seus modelos, “formam uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história” (NASCIMENTO, 2002, s/p). Desse modo, “a este complexo de significações, a esta *praxis* eu denomino de quilombismo” (NASCIMENTO, 2002, s/p).

Assim, “o modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV” (2002, s/p). Estamos diante de uma potência civilizatória, cujo ideal de liberdade sempre está ativo “atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico. Circunstância que impôs aos quilombos diferenças em suas formas organizativas. Porém no essencial se igualavam” (NASCIMENTO, 2002, s/p).

Por meio do quilombismo nos aproximamos da comunidade urbana da Vila África em Piracicaba – São Paulo.

O QUILOMBO URBANO DA VILA ÁFRICA

De acordo com a memória dos moradores da Vila África, localizada no bairro Vila Independência em Piracicaba – São Paulo, a comunidade começa no início da década de 1950, a partir de algumas famílias negras que passaram a residir no local. A Sra. Vicência de Jesus

Antônio (antepassada)⁵ e o seu companheiro Sr. João Baptista Antônio (antepassado) são conhecidos como os pioneiros neste princípio de povoação. “Os iniciadores da comunidade são os membros da família Antônio, que ainda hoje têm descendentes residindo no local dando continuidade em suas expressões” (ANTONIO; FERREIRA, 2022, s/p). Porém, “a história oficial da Vila África é desconhecida por muitos de seus atuais moradores” (SANTOS, 2022, s/p).

A comunidade está situada próxima do Ribeirão Piracicamirim, uma região que durante muito tempo sofreu com enchentes, o que a afastava do interesse imobiliário. A mudança dessa perspectiva acontece quando projetos de saneamento são realizados no local.

O bairro Vila Independência está localizado em uma das entradas da cidade de Piracicaba, próximo ao campus da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP). A área fica entre a Av. Independência, uma das principais do município e o Ribeirão Piracicamirim/Av. Alberto Vollet Sachs. As ruas em declive mais próximas ao Ribeirão Piracicamirim são onde se instala a comunidade da Vila África, sendo a Rua Frei Luis Santana é considerada a principal rua, pois é onde até hoje se localiza a residência da família da Sra. Vicência (1924-2005), na altura do número 174.

Para Noedi Monteiro, houve também, um deslocamento de pessoas negras que residiam em uma região da área central da cidade, denominada Via África, para a Vila África no bairro Vila Independência. De qualquer modo, o que se tem é uma “presença acentuada de negros, que a partir de meados do século XX passaram a residir na região do Bairro Independência” (ANTONIO & FERREIRA, 2022, s/p).

Outra característica lembrada pelos antigos moradores foi a existência de um time de futebol. O time era formado em sua grande maioria por pessoas negras e utilizava um uniforme nas cores vermelho e branco, e muitos dos torcedores adversários “sendo muitos deles preconceituosos, achavam graça nas duas cores que representavam o time, e na intenção de insultá-los, colocaram o apelido de Vila África” (SANTOS, 2022, s/p).

De acordo com Marcia Maria Antônio, uma das lideranças da comunidade, por muito tempo alguns moradores tentaram escapar ao termo Vila África. “No início, a população da vila se sentia ofendida e não gostava de ser chamada dessa forma e a aceitação por este apelido, que virou a marca registrada da comunidade demorou muito a acontecer” (SANTOS, 2022, s/p).

No entanto, graças ao trabalho social, cultural e educativo de Dona Vicência, que sempre preservou os valores culturais de matriz africana na família, em especial as práticas de benzimento e o espaço de atendimento da comunidade dentro dos ritos da umbanda, foi sendo reconstruída entre os moradores a revalorização da ideia de pertencer à Vila África.

Outros moradores da comunidade, assim como Sra. Vicência eram detentores de práticas culturais afro-brasileiras ainda preservadas, entre elas: o Batuque de Umbigada, a Capoeira, o Samba e a Dança Afro. Estes contribuíram para a constituição de uma identidade local a partir da cultura negra.

5 Utilizo a palavra antepassado para me referir às pessoas falecidas em lugar de (*in memorian*), pois ela está muito mais próxima de um pensamento africano, comum entre os *bantu*, de que com a morte material as pessoas vão para o mundo dos antepassados. Não há segundo essa interpretação cosmogônica uma separação entre o plano material e imaterial. O fenômeno da morte física indica o nascimento no mundo espiritual. O mundo material e o espiritual segue em conexão, em que essas comunidades não estão separadas. Desse modo, o culto aos que fizeram essa passagem é algo bastante significativo nas tradições africanas e afrodescendentes.

Durante bastante tempo a articulação da comunidade se deu pelas mãos do Sr. Rafael Antônio, o Faé, que foi o responsável por organizar as atividades culturais da comunidade, entre elas: a Festa das Crianças, a Festa Junina e o Dia da Consciência Negra.

O Sr. Rafael é filho carnal de Dona Vicência, e era pai pequeno⁶ no terreiro de umbanda de sua mãe. No entanto, após anos de forte atividade por meio de sua liderança, ele veio a falecer em 2018. Atualmente quem tem organizado junto com seus parentes as ações na comunidade é a Sra Marcia Maria Antônio, sobrinha do Faé e neta da Sra. Vicência e do Sr. João. Ela esteve ao lado do tio na realização e organização de diferentes atividades na comunidade.

A RESISTÊNCIA COMO EXPRESSÃO DE LUTA POR DIREITOS

A valorização das culturas afro-brasileiras, e a fundamentação de suas práticas a partir de saberes ancestrais, permite o fortalecimento dos membros da comunidade, e tem nessa perspectiva o fundamento de uma educação fora da escola que se pauta na cultura afro-brasileira como referência.

Dessa maneira, estabelecer a comunidade e permitir que ela se organize a partir desses princípios, possibilita que exista um campo de identificação, de reconhecimento na ocupação do território que marca a sua resistência, de solidariedade e de alteridade. Todas as conquistas da comunidade são coletivas, e um dos traços mais interessantes é que as festas são abertas e funcionam como espaços de acolhimento aos visitantes, que normalmente são convidados a conhecer a história do local e a se integrarem em algumas de suas atividades, entre elas, as aulas de dança-afro, percussão e capoeira.

O modo como articulam as necessidades e urgências na comunidade da Vila África são de resistência, o que implica em um grande esforço das pessoas para que a memória e a história do local consigam ser transmitidas aos mais jovens. Essa identificação colabora para que eles tenham sentido na vida dos mais novos e continuem estabelecendo laços de afetividade entre as pessoas e, com isso, o vínculo ao território.

De acordo com Marcia Maria Antônio e Fernanda Ferreira é “no intuito de manter a sua autoestima que os moradores da Vila África têm na cultura de matriz africana o seu principal apoio” (ANTONIO & FERREIRA, 2022, s/p). No entanto, “tem ocorrido a diminuição dessas ações culturais, gerando risco à sua continuidade e transmissão” (ANTONIO & FERREIRA, 2022, s/p). Uma das causas principais da diminuição das ações culturais se deu na ausência, por muito tempo, da criação de um espaço adequado para realização das atividades desenvolvidas. Algo que foi parcialmente resolvido em período mais recente graças ao empenho do Sr. Rafael Batista Antônio junto ao poder executivo municipal para construção de um centro cultural no local, a princípio em um terreno ao lado da casa da Dona Vicência.

Após muita negociação foi conquistado, em 2021, o espaço para o centro cultural em uma área próxima, que não é o local pretendido pela comunidade, mas é um terreno cedido pela Prefeitura Municipal. Nesse terreno foi construído o “Centro Cultural e Social da Vila África”

6 Título sacerdotal comum em algumas casas de culto afro-brasileiro, entre eles a umbanda que se refere ao cargo que auxilia a mãe de santo e/ou pai de santo responsável/titular em suas atividades espirituais e sociais junto à comunidade.

que recebe o nome de “Rafael Batista Antonio – Faé”, como homenagem póstuma ao trabalho que teve como liderança da comunidade.

O reconhecimento gradativo da comunidade da Vila África despertou o interesse de instituições públicas, de serviços e empresas privadas, o que tem permitido algumas parcerias relevantes.

Dessa maneira, para que possa ocorrer a preservação do patrimônio material que se constituiu na Vila África, já reconhecida pela comunidade negra como um patrimônio cultural urbano, sendo alvo de interesse de pesquisadores ligados ao tema, se tem, também, o intuito da preservação do patrimônio imaterial que se desenvolve no local, dando ênfase em todas as suas ações bem como agregando a outros pilares que ocorrem historicamente na comunidade, entre elas o batuque de umbigada, o samba, a capoeira, entre outras (ANTONIO; FERREIRA, 2022, s/p).

Na história mais recente da comunidade, em 2004, houve a criação da “Associação Esportiva e Cultural Vila África” que é responsável pela representação pública da comunidade, o que facilitou as condições para elaboração de projetos e recebimento de recursos que contribuem no financiamento das atividades educativas, sociais e culturais desenvolvidas.

CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

O corpo é o receptáculo da memória e o território do escravizado. É no corpo que se opera a condição de existir. O ser na perspectiva da África *Bantu* é, de acordo com Bunseki Fu Kiau (2001), a morada dos antepassados e o ponto de fusão entre o mundo material e o espiritual. O sensível é experimentado no corpo.

O ser humano africano tem nas suas expressões culturais o elo direto com a sua ancestralidade. A cultura, neste aspecto, assume também a forma de reverência, de culto à memória ancestral que habita o seu corpo. O mesmo corpo que foi alvo da chibata ainda hoje luta por existir, já que permanece alvo da violência do sistema colonial e escravista que se estabelece na forma estrutural e sistêmica em que se opera o racismo na sociedade brasileira.

A cultura de resistência se dá efetivamente como campo de afirmação do ser humano que foi negado. O ato de resistir a essa objetificação forjou uma cultura de libertação da escravidão, e de busca por cidadania após a pseudo-abolição, esta que não garantiu direitos e condições de vida após o cativeiro.

Para Paula Junior (2014) as culturas afro-brasileiras permanecem como escolas que ensinam princípios epistêmicos de matriz africana dialogados na diáspora, mas também ensinam política como instrumento de enfrentamento ao racismo e busca pela cidadania ainda não conquistada.

Desse modo, cada uma das culturas ainda mantidas na comunidade quilombola da Vila África, se constitui como caminho que oportuniza as possibilidades de acesso a própria história por meio da preservação da memória de toda comunidade.

As culturas de matriz africana desenvolvidas na Vila África, são consideradas afro-caipiras pelo contexto geográfico em que se desenvolvem, elas “giram em torno da dança-afro,

da percussão, do samba de terreiro, da oralidade, da beleza preta, das tranças afros, das amarrações africanas, da discotecagem, do rap e do grafite” (ANTONIO & FERREIRA, 2022, s/p).

Para Cornélio Pires (2002) o caipira preto é um sujeito que gosta das coisas simples e de lidar com a terra. Já em Antônio Candido (2017) encontramos a dificuldade do reconhecimento por parte da sociedade racista em ver o negro como componente na formação do caipira, apesar do próprio caipira ser alvo de preconceitos, o caipira branco em muitas situações discriminou o caipira preto.

Na Vila África é um consenso pensar a cultura negra, que ali se desenvolve, como parte desse conjunto afro-caipira, “o que contribui para valorização da autoestima e da identidade dialógica” (ANTONIO & FERREIRA, 2022, s/p). Existe, entre os moradores, a consciência desse pertencimento tanto de origem africana como de formação do caipira no interior paulista.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR

A educação comunitária desenvolvida nos quilombos desde a escravidão ensinou a luta pela liberdade, a busca por cidadania e o enfrentamento do racismo. O território do quilombo em qualquer de suas configurações é um espaço de educação.

De acordo com a educadora Marcia Cristina Américo em diálogo com o conceito de território do geógrafo Milton Santos, “o território é o chão, mais a população que nele habita. Aí os homens constroem o sentimento de pertencimento” (2013, p.43).

A educação quilombola expressa um estágio da consciência que indica o outro e o território como parte necessária e fundamental da comunidade. O ser com o outro é o caminho para o nós, no qual a individualidade dos sujeitos é respeitada e garantida como espaço da multiplicidade, mas que ao estar em torno de valores civilizatórios comuns que estabelecem a alteridade como solidariedade, e tem a diferença como conhecimento.

O outro é a possibilidade de a civilização humana continuar galgando o seu espaço de aprendizado, sobretudo, no modo como lida com todos os outros, o que inclui a natureza em todas as suas expressões.

Nesse aspecto a educação quilombola tem muito para contribuir com a educação desenvolvida nas escolas e na sociedade em geral, pois ainda trata de princípios de bem-estar que não são individualizados, mas antes, são partilhados. O *ubuntu* = ser; sendo presente na filosofia *bantu* indica que somente sou quando o outro é, apenas aprendemos e nos realizamos com o outro, em partilha e comunidade.

A importância da Lei Federal nº 11.645/2008, que atualiza a Lei Federal nº 10.639/2003, se dá ao priorizar o reconhecimento das contribuições africanas e indígenas na constituição da história do país, e alcançar um efeito prático quando é aplicada nas escolas por meio de programas pedagógicos que promovem a integração. Assim, “ignorar, a história dos povos indígenas, do povo negro, é estudar de forma incompleta a história brasileira [...]” (GONÇALVES & SILVA, 2005, p.164).

No início dos anos 2000, na Escola Estadual Jaçanã Altair Pereira Guerrini, localizada no bairro Independência, ocorreu uma ação que consistiu em levar para o ambiente escolar um pouco da história e da cultura dos moradores da Vila África.

A escola teve a oportunidade de ser aproximada da realidade histórica da Vila África e partilhar a sua cultura com os demais alunos, a maioria moradores da Vila Independência mas que desconheciam a Vila África, e daqueles que estavam alheios à realidade dos próprios colegas de turma.

Nessa época acontecia na rede de educação no estado de São Paulo um projeto denominado “Programa Escola da Família”,⁷ que culminou na abertura do espaço escolar para uso da comunidade aos finais de semana. As ações na Escola Estadual Jaçanã Altair Periera Guerrini, também procuraram utilizar esse espaço permitido para ampliar esse encontro com a comunidade da Vila África, realizando cursos e palestras com a temática afro-brasileira destinados à população das imediações da escola.

Deste modo, segundo Gonçalves e Silva, se a escola “souber contemplar também a vida vivida no dia a dia dos grupos menosprezados pela sociedade, então estaremos ensinando e aprendendo a história brasileira integralmente realizada” (2005, p.164).

A Lei Federal nº 11.645/2008 tem sido uma conquista importante no marco da resistência negra no Brasil, contudo é um desafio garantir as prerrogativas de atendimento e eficiência da Lei. São necessárias algumas medidas, entre elas: a garantia de acesso aos materiais didáticos atualizados; a formação e capacitação de professores para trabalhar com o tema nas diversas disciplinas do currículo; e a interação entre os saberes da comunidade em diálogo com os saberes escolares.

As lideranças das comunidades quilombolas reconhecem o valor da educação na escola, porém é comum que se preocupem “com os conteúdos transmitidos pela escola” (LUIZ, 2013, p. 136). A experiência da pesquisadora Viviane Luiz junto à comunidade quilombola do Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, São Paulo, indica a mesma percepção de preocupação que se encontra na comunidade quilombola urbana da Vila África, sobre como a escola tem tratado a temática africana e afrodescendente e a maneira como as crianças e jovens negros estão sendo apresentados nos conteúdos escolares. Por conta dessa preocupação, normalmente se colocam à disposição para colaborar, contribuir e, sobretudo partilhar um pouco de suas vivências no ambiente escolar.

É relevante que esses saberes estejam na pauta da educação escolar no momento em que se constitui o currículo. O currículo é uma questão política essencial que, se não for ocupada pela diversidade presente na escola, corroborará para que o crivo decisório sobre os conteúdos disciplinares e a maneira como serão desenvolvidos esteja na perspectiva da educação eurocentrada.

De acordo com Gimeno Sacristán, as modificações no currículo, na perspectiva dos “sistemas educativos desenvolvidos obedecem pretensamente à lógica que através delas se realiza uma melhor adequação entre os currículos e as finalidades da instituição escolar” (2000, p.18-19). Com isso a perspectiva “de que com elas se pode dar uma resposta mais adequada à melhora das oportunidades dos alunos e dos grupos sociais” (2000, p.18-19).

7 “Criado em 2003 pela Secretaria da Educação, o *Programa Escola da Família* proporciona a abertura de escolas da rede estadual de ensino aos finais de semana, tendo como objeto principal o desenvolvimento da cultura de paz, tanto dentro delas quanto em seu entorno, proporcionando a seus participantes um ambiente acolhedor e repleto de oportunidades que ampliam o capital cultural de quem ali esteja”. Disponível em: <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/Interna.aspx?codigoMenu=151&AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em 10 de mar. 2022.

Dessa maneira, “o conteúdo é condição lógica do ensino, e o currículo, é antes de mais nada a seleção cultural estruturada sob chaves psicopedagógicas dessa cultura que se oferece como projeto para a instituição escolar (2000, p.18-19). Assim, “não podemos esquecer que o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada” (SACRISTÁN, 2000, p.15).

Pensar a decolonialidade do currículo escolar é ter a ousadia de propor o enfrentamento à normas que não se sustentam mais enquanto argumento, sobretudo quando estas são expostas à realidade das comunidades quilombolas. “A educação é o mecanismo através do qual uma sociedade produz conhecimentos necessários à sua sobrevivência e à sua subsistência, transmitindo-os de geração a outra, essencialmente, pela instrução dos jovens” (HABTE; WAGAW; AJAY, 2010, p.817).

Ainda segundo os autores, esse modelo de educação “pode ter lugar, de maneira não institucionalizada, em casa, no trabalho ou em área de entretenimento” (2010, p.817), mas quando em diálogo com a escola possibilita muitos desdobramentos que ampliam a capacidade de aprendizagem, e conhecimento dos jovens que se tornam mais preparados para lidar com os desafios da sociedade e propor alternativas para o seu desenvolvimento (HABTE; WAGAW; AJAY, 2010, p.817).

Os quilombos são uma expressão da realidade social em movimento. São espaços de articulação que procuram preparar as pessoas para esta realidade. Desse modo, “se constituem espaços essencialmente educativos, educam nas e para as contradições sociais” (NUNES, 2006, p.148).

A experiência quilombola tem sido um campo epistêmico vasto e fértil da presença negra no Brasil que apresenta muito do que se pode aprender em conjunto. Um destaque, é aprender a pensar a sociedade brasileira a partir de valores comunitários.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) já indicam e enfatizam a necessidade de introduzir as histórias orais das comunidades, e seus modos de organização social. Portanto, como salienta Viviane Marinho Luiz, essas histórias estão nas comunidades “remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais” (2013, p.133).

De acordo com as Diretrizes Curriculares é fundamental “ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira” (CNE/CP 003/2004, s/p.).

Portanto, uma educação inspirada nas vivências negras dos quilombos é permeada pela necessária presença do outro, do acolhimento e da consciência coletiva nos modos de ser e fazer, conseqüentemente na maneira de estar. Ao mesmo tempo ela inspira a resistência e a luta pelo bem comum, não aceitando a opressão em qualquer uma de suas formas.

CONCLUSÃO

A instalação do “Centro Cultural e Social na Vila África” amplia as possibilidades de atuação dessa comunidade em seu próprio processo formativo interno pautado na cultura, permitindo um local melhor equipado para diferentes interações sociais, com destaque para a

parceria com escolas e universidades, que atende uma demanda pública dentro e fora da comunidade. São várias as possibilidades que surgem desses encontros, e o quanto todos os envolvidos são convidados a lidar com as mais diversas situações que lhe são apresentadas. Nesse espaço “a comunidade visa contemplar ações culturais pretas no âmbito da memória local, na perspectiva de um Quilombo Urbano” (ANTONIO & FERREIRA, 2022, s/p).

A Vila África é “um símbolo vivo de um povo negro que mesmo inúmeras vezes acuada pelo racismo de muitos “cidadãos piracicabanos”, venceu pela resistência” (SANTOS, 2022, s/p).

O exemplo da comunidade da Vila África revela como se organiza um quilombo urbano. Uma comunidade marcada pela busca de reconhecimento do espaço ocupado. A maneira pela qual mantêm a cultura afro-brasileira como identidade do grupo e afirmação do território geográfico, epistêmico e cultural tendo a educação por meio das tradições culturais e na escola como importantes aliadas sociais e na preservação da memória ancestral.

O quilombo da Vila África em pouco mais de 70 anos demonstra um dos fenômenos mais interessantes da resistência negra no Brasil, a sua capacidade de articulação ultrapassa as situações sociais complexas que lhe são impostas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Til**. 3ed. São Paulo: Ática, 2012.

AMÉRICO, Marcia Cristina. **Práticas coletivas na constituição da vida quilombola**: história da comunidade tradicional de Ivaporunduva. São Carlos-SP: Pedro e João Editores, 2013.

ANTONIO, Marcia Maria; FERREIRA, Fernanda. **Quilombo Urbano Vila África**: Dança, tranças e amarrações. Disponível em <https://www.sescsp.org.br/comunidade-vila-africa-um-quilombo-urbano/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2022.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 17ed. São Paulo: Edusp, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e Cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf

FU-KIAU, Kimbwandende Kia Bunseki. **African cosmology of the bantu-kongo**: principles of life and living. 2ed. Nova York: Athelia Henrietta Press, 2001.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras**. In: Kabengele Munanga (org). 2ed. Superando o racismo na escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília: 2005.

HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome; AJAYI, Ade. **Educação e mudança social**. In: MAZRUI, Ali. História Geral da África 8. 2ed. Rev. Brasília: UNESCO, 2010.

SANTOS, José. **Bairro Vila Independência e a sua tradicional Vila África**. Disponível em <https://www.vozdosbairrospiracicaba.com.br/2021/05/o-bairro-vila-independencia-e-rica-vila.html>. Consulta em 17 de fevereiro de 2022.

MAESTRI, Mário. **Uma defesa do quilombo**. In: FIABANI, Adelmir. Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MAGALHÃES, Ana Flávia; SANTOS, José Eduardo Ferreira dos; SANTANA; Tiganá, et alli.; SANTANA, Bianca; CARNEIRO, Natália (Organizadoras). **Insumos para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oralituras, Casa Sueli Carneiro, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MONTEIRO, Noedi. **“Campos de Araraquara e quilombo Corumbatahy: extremos da capitania de São Paulo à expansão oeste do Brasil-Colônia (1700-1804)”**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Piracicaba-SP, ano 26, n. 24, 2018, pp. 103-171.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. In: Revista USP, ed. 28, São Paulo-SP, dez\fev. 1995\1996, pp.56-63.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. 2.ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor produtor, 2002.

_____. **Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. 1ed. São Paulo: Selo Negro, 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. In: Afrodiáspora n.6-7, 1985, pp. 41-49.

NUNES, Georgina Helena Lima. **Educação quilombola**. In: Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

OLIVEIRA, Fernando Bueno; D’Abadia, Maria Idelma Vieira. **Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros**. In: Elisée, Rev. Geo, UEG-Anapólis, V.4, N.2, jul/dez de 2015, p.257-275.

PAULA JUNIOR, Antonio Filogenio de. **Educação e oralidade no oeste africano pela representação de Amadou Hampaté Bâ**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba-SP: UNIMEP, 2014.

_____. **A Caiumba: ética e estética bantu no oeste paulista**. In: ARTEFILOSOFIA, V. 15, Nº28, Abril de 2020, p. 46-65.

PIRES, Cornélio. **Conversas ao pé do fogo: estudinhos – costumes – contos – anedotas – cenas da escravidão**. Itus-SP: Ottoni editora, 2002.

SACRITÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma Reflexão sobre a Prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LUIZ, Viviane Marinho. **O quilombo Ivaporunduva e o enunciado das gerações**. São Carlos-SP: Pedro e João editores, 2013.